

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (PROVA 2)

32- No Brasil, para que o controle orçamentário se tornasse mais eficaz, ao longo dos anos, tornou-se necessário estabelecer alguns princípios que orientassem a elaboração e a execução do orçamento. Assim, foram estabelecidos os chamados “Princípios Orçamentários”, que visam estabelecer regras para elaboração e controle do Orçamento. No tocante aos Princípios Orçamentários, indique a opção correta.

- a) O orçamento deve ser uno, ou seja, no âmbito de cada esfera de Poder deve existir apenas um só orçamento para um exercício financeiro.
- b)** O princípio da exclusividade veda a inclusão, na lei orçamentária anual, de autorização para aumento da alíquota de contribuição social, mesmo respeitando-se o prazo de vigência previsto na Constituição.
- c) A vinculação de receitas de taxas a fundos legalmente constituídos é incompatível com o princípio da não-afetação, definido na Constituição Federal.
- d) O princípio da especificação estabelece que a lei orçamentária anual deverá especificar a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) O princípio do equilíbrio é constitucionalmente fixado e garante que o montante das receitas correntes será igual ao total das despesas correntes.

COMENTÁRIOS:

- a) **ERRADA**, tendo em vista que pelo princípio da unidade, o orçamento deve ser uno, ou seja, deve existir apenas um só orçamento para um exercício financeiro no âmbito de cada ente e não no âmbito de cada esfera de Poder como afirma o item.
- b) **CORRETA**, tendo em vista que o princípio da exclusividade veda matéria estranha à estimativa da receita e à fixação da despesa. Exceções: autorização para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito, inclusive por ARO (antecipação de receita orçamentária). Então, como afirma o item, o princípio da exclusividade veda a inclusão, na lei orçamentária anual, de autorização para aumento da alíquota de contribuição social, mesmo respeitando-se o prazo de vigência previsto na Constituição.
- c) **CORRETA**, tendo em vista que a vinculação de receitas de taxas a fundos legalmente constituídos é incompatível com o princípio da não-afetação, definido na Constituição Federal. Ou seja, a CF proíbe, expressamente, a vinculação de receita proveniente de **impostos** a determinada despesa, órgão ou fundo. Como ensina Ricardo Torres, em *Curso de Direito Financeiro e Tributário. 11ªed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p.118, “o princípio da não-afetação se restringe aos impostos, ao contrário do que ocorria no regime de 1967/69, quando abrangia todos os tributos; está permitida, portanto, a vinculação da receita de taxas a órgãos ou fundos, com o que se volta a antigas práticas financeiras, que tanto mal fizeram a administração pública”*. **Dessa forma, existem dois itens corretos na questão: “b” e “c”. Com isso, a questão deverá ser anulada.**
- d) **ERRADA**, tendo em vista que o princípio da especificação veda as autorizações de despesas globais, sendo que as receitas e despesas devem ser discriminadas, demonstrando a origem e a aplicação dos recursos, e não como afirma o item em estabelecer que na lei orçamentária anual deverá especificar a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) **ERRADA**, tendo em vista que o princípio do equilíbrio não é constitucionalmente fixado e garante que o montante das receitas será igual ao total das despesas, e não como afirma o item de que são tão-somente das receitas correntes e despesas correntes. Existem, também, as receitas e as despesas de capital. Ou seja, o equilíbrio é encontrado pelo montante das receitas (correntes + capital) com as das despesas (correntes + capital).

33- De acordo com a Constituição Federal, foi reservada à Lei de Diretrizes Orçamentárias a função de:

- a) definir, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos, as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- b) estabelecer critérios e forma de limitação de empenho, nos casos previstos na legislação.
- c) disciplinar as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

- d) **ERRADA**, tendo em vista que a LDO define as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e não define de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos.
- e) **ERRADA**, tendo em vista que é a LRF e não a CF/88 quem definiu à LDO estabelecer critérios e forma de limitação de empenho, nos casos previstos na legislação.

COMENTÁRIOS:

- a) **ERRADA**, tendo em vista que a LDO define as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e não define de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos. Quem define (estabelece) de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos, ..., é o PPA.
- b) **ERRADA**, tendo em vista que é a LRF e não a CF/88 quem definiu à LDO estabelecer critérios e forma de limitação de empenho, nos casos previstos na legislação.
- c) **ERRADA**, tendo em vista que é a LRF e não a CF/88 quem definiu à LDO disciplinar as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- d) **CORRETA**, tendo em vista que é a CF/88 quem definiu à LDO dispor sobre alterações na legislação tributária.
- e) **ERRADA**, tendo em vista que é a LRF e não a CF/88 quem definiu à LDO dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

34- A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF instituiu mecanismos mais rigorosos para a administração das finanças nas três esferas de governo e funciona como um código de conduta para os administradores públicos, que devem obedecer às normas e limites estabelecidos na lei. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a opção incorreta.

- a) **ERRADA**, tendo em vista que a LRF estabelece limites para gastos com pessoal, sendo que na União esse limite chega a 50% do total das Receitas Correntes.
- b) São princípios gerais da LRF o Planejamento, a Transparência e a Responsabilização.
- c) Estão sujeitos às disposições da LRF todos os entes da federação inclusive suas empresas estatais dependentes na forma definida na Lei.
- d) São exemplos de instrumentos de transparência da gestão fiscal, segundo a LRF: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.
- e) A LRF proíbe a realização de operação de crédito entre entes da Federação, inclusive por intermédio de fundo, ainda que sob a forma de novação de dívida contraída anteriormente.

COMENTÁRIOS:

- a) **ERRADA**, tendo em vista que a LRF estabelece limites para gastos com pessoal, sendo que na União esse limite chega a 50% do total da Receita Corrente Líquida (RCL) e não como afirma o item em relação às Receitas Correntes. Como a questão pede o item INCORRETO, deverá ser a alternativa a ser marcada.
- b) **CORRETA**, tendo em vista que são princípios gerais da LRF o Planejamento, a Transparência e a Responsabilização. Como a questão pede o item INCORRETO, não deverá ser a alternativa a ser marcada.
- c) **CORRETA**, tendo em vista que Estão sujeitos às disposições da LRF todos os entes da federação inclusive suas empresas estatais dependentes na forma definida na Lei. Como a questão pede o item INCORRETO, não deverá ser a alternativa a ser marcada.
- d) **CORRETA**, tendo em vista que São exemplos de instrumentos de transparência da gestão fiscal, segundo a LRF: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal. Como a questão pede o item INCORRETO, não deverá ser a alternativa a ser marcada.
- e) **CORRETA**, tendo em vista que A LRF proíbe a realização de operação de crédito entre entes da Federação, inclusive por intermédio de fundo, ainda que sob a forma de novação de dívida contraída anteriormente. Como a questão pede o item INCORRETO, não deverá ser a alternativa a ser marcada.

35- A Constituição Federal instituiu o Plano Plurianual - PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) ratificou sua obrigatoriedade para todos os entes da federação. De acordo com a Constituição e os últimos planos aprovados para o governo

federal, indique a opção incorreta.

- a) Após a Constituição Federal, não há mais a possibilidade da existência de planos e programas nacionais, regionais e setoriais, devendo ser consolidado em um único instrumento de planejamento que é o PPA.
- b) A regionalização prevista na Constituição Federal considera, na formulação, apresentação, implantação e avaliação do Plano Plurianual, as diferenças e desigualdades existentes no território brasileiro.
- c) Na estrutura dos últimos planos plurianuais da União, as metas representam as parcelas de resultado que se pretende alcançar no período de vigência do PPA.
- d) A Constituição Federal remete à lei complementar a disposição sobre a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do PPA e, enquanto não for editada a referida lei, segue-se o disposto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- e) Toda ação finalística do Governo Federal deverá ser estruturada em Programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano Plurianual.

COMENTÁRIOS:

- a) **ERRADA**, tendo em vista que conforme art. 165, § 4, da Constituição Federal, os planos e programas nacionais, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com o PPA e apreciados pelo Congresso Nacional não sendo, entretanto, consolidados em um único instrumento de planejamento (PPA). Como a questão pede o item INCORRETO, deverá ser a alternativa a ser marcada.
- b) **CORRETA**, tendo em vista que a regionalização prevista na Constituição Federal considera, na formulação, apresentação, implantação e avaliação do Plano Plurianual, as diferenças e desigualdades existentes no território brasileiro. Como a questão pede o item INCORRETO, não deverá ser a alternativa a ser marcada.
- c) **CORRETA**, tendo em vista que a estrutura dos últimos planos plurianuais da União, as metas representam as parcelas de resultado que se pretende alcançar no período de vigência do PPA. Como a questão pede o item INCORRETO, não deverá ser a alternativa a ser marcada.
- d) **CORRETA**, tendo em vista que a Constituição Federal remete à lei complementar a disposição sobre a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do PPA e, enquanto não for editada a referida lei, segue-se o disposto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (art. 35). Como a questão pede o item INCORRETO, não deverá ser a alternativa a ser marcada.
- e) **CORRETA**, tendo em vista que toda ação finalística do Governo Federal deverá ser estruturada em Programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano Plurianual. Como a questão pede o item INCORRETO, não deverá ser a alternativa a ser marcada.

36- Com a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO assumiu novas prerrogativas, entre as quais a de apresentar o Anexo de Metas Fiscais – AMF e o Anexo de Riscos Fiscais – ARF. Em relação ao AMF e ARF não se pode afirmar:

- a) no ARF, serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- b) o AMF estabelece as metas de Receita, Despesa, Resultado Primário e Nominal e montante da dívida pública a serem observadas no exercício financeiro a que se refere, além de indicar as metas fiscais para os dois exercícios seguintes.
- c) de acordo com as últimas Leis de Diretrizes Orçamentárias da União, os riscos fiscais podem ser classificados em duas grandes categorias: Riscos orçamentários e Riscos de dívida.
- d) faz parte do AMF o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- e) considerando os riscos dos déficits atuariais dos sistemas de previdência, a LRF determina que integre o ARF a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos.

COMENTÁRIOS:

- a) **CORRETA**, tendo em vista que conforme dispõe o art. 4º, § 3º, da LRF, no ARF serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- b) **CORRETA**, tendo em vista que conforme dispõe o art. 4º, § 1º, da LRF, o AMF estabelece as metas de Receita, Despesa, Resultado Primário e Nominal e montante da dívida pública a serem observadas no exercício financeiro a que se refere, além de indicar as metas fiscais para os dois exercícios seguintes.
- c) **CORRETA**, tendo em vista que de acordo com as últimas Leis de Diretrizes Orçamentárias da União, os riscos fiscais podem ser classificados em duas grandes categorias: Riscos orçamentários e Riscos de dívida.
- d) **CORRETA**, tendo em vista que conforme dispõe o art. 4º, § 2º, V, da LRF, faz parte do AMF o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- e) **ERRADA**, tendo em vista que considerando os riscos dos déficits atuariais dos sistemas de previdência, a LRF determina que integre o AMF a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos e não o ARF como afirma o item.

37- Das afirmações a seguir relacionadas com a Lei Orçamentária Anual - LOA, assinale a que não se enquadra nas regras estabelecidas na legislação federal.

- a) As empresas sob controle direto da União, que recebam no exercício financeiro recursos do Tesouro a título de aumento de participação acionária, deverão integrar os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.
- b) As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária não podem acarretar aumento na despesa total do orçamento, a menos que sejam identificados erros ou omissões nas receitas, devidamente comprovados.
- c) Os recursos para emendas parlamentares não podem ter como fonte o cancelamento de despesas com pessoal, benefícios previdenciários, juros, transferências constitucionais e amortização de dívida.
- d) Todas as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto integram o orçamento de investimento das estatais, exceto aquelas enquadradas no conceito de empresa estatal dependente na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) A elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual é uma prerrogativa do Poder Executivo, podendo o poder legislativo efetuar emendas.

COMENTÁRIOS:

- a) **ERRADA**, tendo em vista que as empresas sob controle direto da União, que recebam no exercício financeiro recursos do Tesouro a título de aumento de participação acionária, deverão integrar o orçamento de investimentos (das estatais independentes) e não os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social como afirma o item. Como a questão pede o item que não se enquadra nas regras estabelecidas na legislação federal, deverá ser a alternativa a ser marcada.
- b) **CORRETA**, tendo em vista que as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária não podem acarretar aumento na despesa total do orçamento, a menos que sejam identificados erros ou omissões nas receitas, devidamente comprovados, conforme dispõe o art. 12, § 1º, da LRF em que a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal. Como a questão pede o item que não se enquadra nas regras estabelecidas na legislação federal, não deverá ser a alternativa a ser marcada.
- c) **CORRETA**, tendo em vista que os recursos para emendas parlamentares não podem ter como fonte o cancelamento de despesas com pessoal, benefícios previdenciários, juros, transferências constitucionais e amortização de dívida, conforme dispõe o art. 166, § 3º, II, da CF/88. Como a questão pede o item que não se enquadra nas regras estabelecidas na legislação federal, não deverá ser a alternativa a ser marcada.
- d) **CORRETA**, tendo em vista que todas as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto integram o orçamento de investimento das estatais (*independentes*), exceto aquelas enquadradas no conceito de empresa estatal dependente na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal, em que farão parte dos orçamentos

fiscal e da seguridade social. Ou seja, as receitas e despesas contidas no orçamento de investimento resultam tão-somente das empresas estatais "independentes", ou seja, aquelas estatais em que a União não contribui com recursos para a manutenção. Exs: Petrobras, Eletrobrás, Eletronorte, BB, Correios, CEF, Infraero, Hemobrás, Imbel, BASA, BNB, BNDES. Como a questão pede o item que não se enquadra nas regras estabelecidas na legislação federal, não deverá ser a alternativa a ser marcada.

e) **CORRETA**, tendo em vista que a elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual é uma prerrogativa do Poder Executivo (CF/88, art. 165, caput), podendo o poder legislativo efetuar emendas (CF/88, art. 166, § 2). Como a questão pede o item que não se enquadra nas regras estabelecidas na legislação federal, não deverá ser a alternativa a ser marcada.

38- A LRF estabelece a obrigatoriedade do Poder Executivo elaborar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e, quando for o caso, poderá ser promovida a limitação de empenho e de movimentação financeira. No que se refere a esses procedimentos, assinale a opção correta.

a) Em nenhuma hipótese serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

b) Se verificada a necessidade de contingenciamento, cada um dos poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, terá até o final do bimestre seguinte para efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira.

c) No governo federal, os saldos de caixa apurados ao final do exercício e que integraram o superávit primário são utilizados para pagamento da dívida pública, independentemente de sua vinculação.

d) Os critérios para realização da limitação de empenho e de movimentação financeira serão estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

e) A limitação de que trata a LRF somente acontecerá se verificado que ao final do quadrimestre a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas na LDO.

COMENTÁRIOS:

a) **CORRETA**, tendo em vista que § 2 do art. 9 da LRF dispõe que não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

b) **ERRADA**, tendo em vista que, conforme dispõe o art. 9, *caput*, da LRF se verificada a necessidade de contingenciamento, cada um dos poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, terá nos trinta dias subseqüentes ao encerramento do bimestre e não até o final do bimestre seguinte como afirma o item da questão para efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira.

c) **ERRADA**, tendo em vista que os saldos de caixa apurados ao final do exercício e que integraram o superávit primário são utilizados para pagamento da dívida pública, dependem de sua vinculação e não independentemente de sua vinculação como afirma o item.

d) **ERRADA**, tendo em vista que os critérios para realização da limitação de empenho e de movimentação financeira serão estabelecidos na LDO e não na LOA conforme afirma o item da questão.

e) **ERRADA**, tendo em vista que a limitação de que trata a LRF somente acontecerá se verificado que ao final do bimestre a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas na LDO e não do quadrimestre conforme afirma o item da questão.

39- Ao longo do exercício financeiro, pode ocorrer a necessidade de abertura de créditos adicionais para cobrir despesas não-computadas ou insuficientemente dotadas. Com base na legislação vigente, relativa a esse assunto, identifique a opção incorreta.

a) A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para atender à despesa e será precedida de exposição justificada.

b) Somente será admitida a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto na Constituição Federal.

c) A vigência dos créditos especiais não pode ultrapassar o exercício financeiro em que foram autorizados, em respeito ao princípio orçamentário da anualidade.

d) Terão vigência até o final do exercício financeiro os créditos extraordinários cujo ato de autorização tenha sido promulgado nos primeiros 4 (quatro) meses do exercício financeiro.

e) Para fins de abertura de créditos suplementares e especiais, consideram-se recursos disponíveis os provenientes do excesso de arrecadação, ou seja, do saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

COMENTÁRIOS:

a) **CORRETA**, tendo em vista o dispositivo no art. 43 da Lei n. 4.320/64, onde a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para atender à despesa e será precedida de exposição justificada. Como a questão pede o item INCORRETO, não deverá ser a alternativa a ser marcada.

b) **CORRETA**, tendo em vista que a CF/88, em seu art. 167, § 3, dispõe que somente será admitida a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da própria Constituição Federal. Como a questão pede o item INCORRETO, não deverá ser a alternativa a ser marcada.

c) ERRADA, tendo em vista que conforme dispõe a CF/88, em seu art. 167, § 2, os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 4 meses do exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados no orçamento do exercício financeiro subsequente. Ou seja, a vigência dos créditos especiais, dependendo da data de autorização (últimos 4 meses do exercício), pode ultrapassar o exercício financeiro em que foram autorizados. Como a questão afirma que a vigência dos créditos especiais não pode ultrapassar o exercício financeiro em que foram autorizados, o item está INCORRETO, devendo ser a alternativa a ser marcada.

d) **CORRETA**, tendo em vista que conforme dispõe a CF/88, em seu art. 167, § 2, os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 4 meses do exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados no orçamento do exercício financeiro subsequente. Caso contrário, ou seja, se não forem autorizados nos últimos 4 meses do exercício, terão vigência até o final do exercício financeiro. Logo, o crédito extraordinário, conforme afirma o item da questão, cujo ato de autorização tenha sido promulgado nos primeiros 4 (quatro) meses do exercício financeiro, terá vigência tão-somente até o final do exercício financeiro. Como a questão pede o item INCORRETO, não deverá ser a alternativa a ser marcada.

e) **CORRETA**, tendo em vista que conforme dispõe o art. 43, § 3, da Lei n. 4.320/64, para fins de abertura de créditos suplementares e especiais, consideram-se recursos disponíveis os provenientes do excesso de arrecadação, ou seja, do saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. Como a questão pede o item INCORRETO, não deverá ser a alternativa a ser marcada.

40- Considerando a premissa constitucional de elaboração do Plano Plurianual – PPA, o Governo Federal desde 1998 vem adotando ações no sentido de organizar a forma de elaboração e gestão do PPA e consolidou conceitos em relação ao Ciclo de Gestão do PPA. Segundo o previsto na legislação federal, indique a opção correta.

a) O Ciclo de Gestão do PPA é um conjunto de eventos integrados que viabilizam o alcance dos objetivos de governo e compreende os processos de elaboração da programação orçamentária, a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos projetos.

b) A Revisão do PPA se traduz no contínuo acompanhamento da implementação do Plano, referenciado na estratégia de desenvolvimento e nos desafios, com o objetivo de subsidiar a alocação dos recursos, identificar e superar restrições sistêmicas, corrigir rumos, sistematizar

elementos para subsidiar os processos de avaliação e revisão, e, assim, contribuir para a obtenção dos resultados globais desejados.

c) ERRADA, tendo em vista que a fase de Elaboração do PPA, acontece a definição de orientações estratégicas, diretrizes e objetivos estruturados em programas com vistas ao alcance do projeto de Governo.

d) O Monitoramento do PPA é o processo sistemático de aferição periódica dos resultados e da aplicação dos recursos, segundo os critérios de eficiência, eficácia e efetividade, permitindo o aperfeiçoamento do Plano Plurianual e o alcance dos objetivos de governo.

e) Na fase da Avaliação do PPA, adequa-se o Plano às mudanças internas e externas da conjuntura política, social e econômica, por meio da alteração, exclusão ou inclusão de programa, resultante do processo de avaliação.

COMENTÁRIOS:

a) **ERRADA**, tendo em vista que o Ciclo de Gestão do PPA é um conjunto de eventos integrados que viabilizam o alcance dos objetivos de governo e compreende os processos de elaboração da programação orçamentária, a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos projetos.

b) **ERRADA**, tendo em vista que a Revisão do PPA se traduz no contínuo acompanhamento da implementação do Plano, referenciado na estratégia de desenvolvimento e nos desafios, com o objetivo de subsidiar a alocação dos recursos, identificar e superar restrições sistêmicas, corrigir rumos, sistematizar elementos para subsidiar os processos de avaliação e revisão, e, assim, contribuir para a obtenção dos resultados globais desejados.

c) CORRETA, tendo em vista que na fase de Elaboração do PPA, acontece a definição de orientações estratégicas, diretrizes e objetivos estruturados em programas com vistas ao alcance do projeto de Governo.

d) **ERRADA**, tendo em vista que o Monitoramento do PPA é o processo sistemático de aferição periódica dos resultados e da aplicação dos recursos, segundo os critérios de eficiência, eficácia e efetividade, permitindo o aperfeiçoamento do Plano Plurianual e o alcance dos objetivos de governo.

e) **ERRADA**, tendo em vista que na fase da Avaliação do PPA, adequa-se o Plano às mudanças internas e externas da conjuntura política, social e econômica, por meio da alteração, exclusão ou inclusão de programa, resultante do processo de avaliação.

41- Sobre os conceitos e classificações relacionados com Receita Pública, assinale a opção correta.

a) Toda receita orçamentária efetiva é uma receita primária, mas nem toda receita primária é uma receita orçamentária efetiva.

b) São exemplos de receitas correntes as receitas tributárias e as oriundas de alienação de bens.

c) São exemplos de receitas de capital aquelas derivadas de alienações de bens imóveis e de recebimento de taxas por prestação de serviços.

d) As receitas intra-orçamentárias constituem contrapartida das despesas realizadas entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de investimento das empresas.

e) CORRETA, O ingresso de recursos oriundo de impostos se caracteriza como uma receita derivada, compulsória, efetiva e primária.

COMENTÁRIOS:

a) **ERRADA**, tendo em vista que toda receita orçamentária efetiva é uma receita primária, mas nem toda receita primária é uma receita orçamentária efetiva.

b) **ERRADA**, tendo em vista que as receitas oriundas de alienação de bens não são exemplos de receitas correntes como afirma o item da questão.

c) **ERRADA**, tendo em vista que as receitas de recebimento de taxas por prestação de serviços não são exemplos de receitas de capital.

d) **ERRADA**, tendo em vista que as receitas intra-orçamentárias constituem contrapartida das despesas realizadas entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, ou seja, as receitas intra-orçamentárias constituem contrapartida das despesas realizadas na Modalidade de Aplicação "91 - Aplicação Direta Decorrente de

Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", incluída na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de outubro de 2005. Dessa forma, na consolidação das contas públicas, essas despesas e receitas poderão ser identificadas, de modo que se anulem os efeitos das duplas contagens decorrentes de sua inclusão no orçamento. Dessa forma, as receitas intra-orçamentárias não constituem contrapartida das despesas realizadas entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do orçamento de investimento das empresas (estatais independentes), conforme afirma o item da questão.

e) CORRETA, tendo em vista que o ingresso de recursos oriundo de impostos se caracteriza como uma receita derivada, compulsória, efetiva e primária. Ou seja: derivada e compulsória (pelo poder coercitivo do Estado em cobrar), efetiva (por alterar a situação líquida do patrimônio) e primária (por não ser caracterizada como receita financeira).

42- Sobre os conceitos e classificações relacionados com Despesa Pública, assinale a opção correta.

a) Segundo a Portaria Interministerial n. 163/2001, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, deverá constar da Lei Orçamentária, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento da despesa.

b) Os Grupos de Natureza da Despesa podem relacionar-se indistintamente com qualquer Categoria Econômica da Despesa.

c) São exemplos de despesas de capital aquelas derivadas do pagamento do serviço da dívida: Juros e amortização da dívida.

d) A Modalidade de Aplicação permite a identificação das despesas intra-orçamentárias.

e) Toda despesa corrente é uma despesa primária, mas nem toda despesa primária é uma despesa corrente.

COMENTÁRIOS:

a) **ERRADA**, tendo em vista que conforme o art. 6 da Portaria Interministerial n. 163/2001, na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação e não por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento da despesa como afirma o item da questão.

b) **ERRADA**, tendo em vista que os Grupos de Natureza da Despesa não podem relacionar-se indistintamente com qualquer Categoria Econômica da Despesa. Ou seja, Categoria Corrente (GND 1, 2 e 3); Categoria Capital (GND 4, 5 e 6).

c) **ERRADA**, tendo em vista que o pagamento de juros é considerado exemplo de despesas correntes e não de capital como afirma o item da questão.

d) CORRETA, tendo em vista que a Modalidade de Aplicação permite a identificação das despesas intra-orçamentárias. Ou seja, identifica-se as despesas intra-orçamentárias realizadas na Modalidade de Aplicação "91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social", incluída na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de outubro de 2005.

e) **ERRADA**, tendo em vista existem exceções na afirmação de que toda despesa corrente é despesa primária. Por exemplo, pagamento de juros (despesa financeira).

43- A execução da receita orçamentária segue algumas etapas consubstanciadas nas ações desenvolvidas e percorridas pelos órgãos e pelas repartições encarregados de executá-las respeitando-se o princípio do caixa único ou da unidade de tesouraria. Em relação a esse tema e tendo por base a legislação federal e o disposto na 4ª edição do Manual de Receitas Públicas, instituído pela Portaria STN/SOF n. 2 , de 08 de agosto de 2007, marque a opção correta.

a) A Previsão se caracteriza pela estimativa de arrecadação da receita orçamentária e não pode ser superior ao valor estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) As receitas orçamentárias originárias para serem arrecadadas dependem de autorização na Lei Orçamentária Anual.

c) Independentemente da natureza, a receita passa pelo estágio do lançamento.

d) ERRADA, As receitas intra-orçamentárias decorrem da realização de despesas intra-orçamentárias, mas não alteram o saldo da Conta Única do Tesouro no Banco Central, traduzindo-se em meros lançamentos contábeis.

e) No Governo Federal, o Recolhimento é a transferência dos valores arrecadados, pelos agentes arrecadadores autorizados, para a Conta Única do Tesouro mantida no Banco do Brasil.

COMENTÁRIOS:

a) **ERRADA**, tendo em vista a Previsão se caracteriza pela estimativa de arrecadação da receita orçamentária constante da LOA. Ademais, conforme afirma o item, não há que se falar em valores estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) **ERRADA**, tendo em vista as receitas orçamentárias originárias, entendidas aquelas formadas por receitas correntes e também são denominadas como Receitas de Economia Privada ou de Direito Privado não dependem de autorização na Lei Orçamentária Anual para serem arrecadadas.

c) **ERRADA**, tendo em vista que algumas receitas não percorrem o estágio do lançamento.

d) CORRETA, tendo em vista que as receitas intra-orçamentárias decorrem da realização de despesas intra-orçamentárias, mas não alteram o saldo da Conta Única do Tesouro no Banco Central, traduzindo-se em meros lançamentos contábeis.

e) **ERRADA**, tendo em vista que a transferência dos valores arrecadados, pelos agentes arrecadadores autorizados, para a Conta Única do Tesouro mantida no Banco Central do Brasil e não no Banco do Brasil como afirma o item.

44- A Despesa Pública segue um ordenamento jurídico, com requisitos que precisam ser atendidos em uma seqüência específica, predeterminada e ordenada. No que diz respeito a esse assunto, julgue os itens que se seguem e marque a opção que corresponde à ordem correta.

I. É vedada a realização da despesa sem prévio empenho, mas em casos especiais, previstos na legislação específica, poderá ser dispensada a emissão da nota de empenho.

II. Ao final do exercício, não será anulado o empenho da despesa cujo contrato estabelecer como data-limite, para a entrega do serviço, dia 31 de março.

III. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava créditos próprios, com saldo suficiente para atendê-las, que não tenha sido processadas, na época própria, e cuja obrigação tenha sido cumprida pelo credor, deverão ser inscritas em Restos a Pagar do exercício e pagas como tal.

IV. O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos, exceto no caso de créditos extraordinários.

V. Entre os estágios da despesa orçamentária é somente na liquidação que se reconhece a obrigação a pagar.

a) V,V,F,V,F

d) V,V,F,F,V

c) F,V,F,F,V

d) V,F,V,F,F

e) V,F,V,V,F

COMENTÁRIOS:

I. **CORRETA**, tendo em vista que é vedada a realização da despesa sem prévio empenho, mas em casos especiais, previstos na legislação específica, poderá ser dispensada a emissão da nota de empenho, conforme dispõe o art. 60 da Lei nº 4.320/64.

II. **CORRETA**, tendo em vista que ao final do exercício, não será anulado o empenho da despesa cujo contrato estabelecer como data-limite, para a entrega do serviço, dia 31 de março. Ou seja, a inscrição de RP caracteriza-se pela despesa empenhada. Logo, não há se falar em anular empenho.

III. **ERRADA**, tendo em vista que as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava créditos próprios, com saldo suficiente para atendê-las, que

não tenha sido processadas, na época própria, e cuja obrigação tenha sido cumprida pelo credor, deverão ser empenhadas à conta de exercícios anteriores e não inscritas em Restos a Pagar do exercício e pagas como tal como afirma o item.

IV. **ERRADA**, tendo em vista que o empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos. Não há exceção em relação aos créditos extraordinários conforme afirma o item.

V. **CORRETA**, tendo em vista que somente na liquidação é que se reconhece a obrigação a pagar.

45- Existem ocorrências especiais na execução da despesa pública, tais como os restos a pagar. No que diz respeito a esse assunto, julgue os itens que se seguem e marque a opção que corresponde à seqüência correta.

I. Compreendem somente despesas empenhadas, liquidadas ou não, e não-pagas até o final do exercício.

II. O pagamento da despesa inscrita em Restos a Pagar independe de autorização orçamentária.

III. A despesa empenhada e liquidada é passível de inscrição em Restos a Pagar - Processados, enquanto as despesas empenhadas, mas não-liquidadas, somente são passíveis de inscrição em Restos a Pagar - Não-Processados, se forem atendidas determinadas condições.

IV. O superávit financeiro do exercício deve ser reservado preferencialmente para pagamento de Restos a Pagar.

V. As dívidas de exercícios anteriores, reconhecidas na forma da legislação pelo ordenador de despesa e que não foram pagas no exercício deverão ser inscritas como Restos a Pagar.

a) V, V, F, F, F

b) F, F, V, F, F

c) V, V, V, F, F

d) V, F, F, V, V

e) F, F, V, V, V

COMENTÁRIOS:

I. **CORRETA**, tendo em vista que os restos a pagar compreendem somente despesas empenhadas, liquidadas ou não, e não-pagas até o final do exercício (31/12).

II. **CORRETA**, tendo em vista que o pagamento da despesa inscrita em Restos a Pagar independe de autorização orçamentária, haja vista constituir uma despesa extra-orçamentária e já autorizada no exercício anterior.

III. **CORRETA**, tendo em vista que a despesa empenhada e liquidada é passível de inscrição em Restos a Pagar - Processados, enquanto as despesas empenhadas, mas não-liquidadas, somente são passíveis de inscrição em Restos a Pagar - Não-Processados, se forem atendidas determinadas condições, como por exemplo ter disponibilidade de recursos financeiros para tal.

IV. **ERRADA**, tendo em vista que o superávit financeiro é fonte de recursos disponíveis para abertura de créditos adicionais e não reserva para pagamento de Restos a Pagar como afirma o item.

V. **ERRADA**, tendo em vista que as dívidas de exercícios anteriores, reconhecidas na forma da legislação pelo ordenador de despesa e que não foram pagas no exercício deverão ser empenhadas à conta de exercícios anteriores e não inscritas como Restos a Pagar como afirma o item.

ORÇAMENTO E CONTABILIDADE (PROVA 3 – CONTROLE INTERNO)

1 - À medida que as técnicas de planejamento e orçamento foram evoluindo, diferentes tipos de orçamento foram experimentados, cada um com características específicas. Com relação a

esse assunto, marque a opção incorreta.

- a) No orçamento tradicional, a ênfase se dá no objeto do gasto, sem preocupação com os objetivos da ação governamental.
- b) O orçamento Base Zero foi um contraponto ao orçamento incremental, e tem como característica principal a inexistência de direitos adquiridos sobre as dotações aprovadas no orçamento anterior.
- c) A grande diferença entre o orçamento de desempenho e o orçamento-programa é que o orçamento de desempenho não se relaciona com um sistema de planejamento das políticas públicas.
- d) O orçamento-programa se traduz no plano de trabalho do governo, com a indicação dos programas e das ações a serem realizados e seus montantes.
- e)** O orçamento de Desempenho representou uma evolução do orçamento incremental, na busca de mecanismos de avaliar o custo dos programas de governo e de cada ação integrada ao planejamento.

COMENTÁRIOS:

- a) **CORRETA**, tendo em vista que no orçamento tradicional, a ênfase se dá no objeto do gasto, sem preocupação com os objetivos da ação governamental. Ou seja, é explicitado apenas o objeto de gasto. Apresenta valores para as despesas com pessoal, material, serviços etc, sem relacionar os gastos a nenhuma finalidade.
- b) **CORRETA**, tendo em vista que o orçamento Base Zero foi um contraponto ao orçamento incremental, e tem como característica principal a inexistência de direitos adquiridos sobre as dotações aprovadas no orçamento anterior. Ou seja, desconsidera-se o anterior e se parte a cada ano como se fosse do zero para se justificar tudo.
- c) **CORRETA**, tendo em vista que a grande diferença entre o orçamento de desempenho e o orçamento-programa é que o orçamento de desempenho não se relaciona com um sistema de planejamento das políticas públicas. Ou seja, o orçamento de desempenho se caracteriza por apresentar duas dimensões do orçamento: o objeto de gasto e um programa de trabalho, contendo as ações desenvolvidas. Toda a ênfase reside no desempenho organizacional, sendo também conhecido como orçamento funcional.
- d) **CORRETA**, tendo em vista que o orçamento-programa se traduz no plano de trabalho do governo, com a indicação dos programas e das ações a serem realizados e seus montantes. Ou seja, orçamento-programa está ligada à idéia de planejamento. Expressa, financeira e fisicamente, os programas de trabalho do governo, possibilitando: a) a integração do planejamento com o orçamento; b) a quantificação dos objetivos e a fixação das metas; as relações insumo-produto; as alternativas programáticas; o acompanhamento físico-financeiro; a avaliação de resultados; a gerência por objetivos.
- e)** **ERRADA**, tendo em vista que o orçamento de Desempenho representou uma evolução do orçamento incremental, na busca de mecanismos de avaliar o custo dos programas de governo e de cada ação integrada ao planejamento.

2 - A 4ª edição do Manual de Receitas Públicas, instituído pela Portaria STN/SOF n. 2, de 08 de agosto de 2007, estabelece para todos os entes da federação a classificação por Destinação da Receita, que tem uma correlação com a classificação por fonte de recursos. No que se refere à classificação estabelecida pelo Manual, indique a opção incorreta.

- a)** O indicador de Grupo de Destinação de Recursos separa os recursos em destinações primárias e destinações financeiras e dá indicação sobre o exercício no qual ocorreu a arrecadação – se corrente ou anterior.
- b) O código de destinação de recursos compõe-se de quatro (04) dígitos, sendo que o primeiro dígito determina o Identificador de Uso, o segundo dígito o Grupo de Destinação de Recursos e os dois seguintes a Especificação da Destinação de Recursos.
- c) A divisão das destinações de recursos em Destinações Primárias ou Não-Financeiras e Destinações Não-Primárias ou Financeiras é importante para elaboração do Demonstrativo do Resultado Primário exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- d) O Identificador de Uso destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida nacional de empréstimos ou de doações ou a outras aplicações.
- e) A classificação da receita por destinação agrupa os recursos arrecadados de acordo com a

sua destinação legal.

COMENTÁRIOS:

- a) **ERRADA**, tendo em vista que o indicador de Grupo de Destinação de Recursos divide os recursos em originários do Tesouro ou de Outras Fontes e fornece a indicação sobre o exercício em que foram arrecadadas, se corrente ou anterior e não separa os recursos em destinações primárias como afirma o item.
- b) **CORRETA**, tendo em vista que o código de destinação de recursos compõe-se de quatro (04) dígitos, sendo que o primeiro dígito determina o Identificador de Uso, o segundo dígito o Grupo de Destinação de Recursos e os dois seguintes a Especificação da Destinação de Recursos.
- c) **CORRETA**, tendo em vista que a divisão das destinações de recursos em Destinações Primárias ou Não-Financeiras e Destinações Não-Primárias ou Financeiras é importante para elaboração do Demonstrativo do Resultado Primário exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, vez que distingue as primárias das financeiras.
- d) **CORRETA**, tendo em vista que o Identificador de Uso destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida nacional de empréstimos ou de doações ou a outras aplicações.
- e) **CORRETA**, tendo em vista que a classificação da receita por destinação agrupa os recursos arrecadados de acordo com a sua destinação legal.

3 - Suponha os seguintes dados extraídos do Anexo de Metas Fiscais-AMF do Governo Federal:

Discriminação	20X1	20X2	20X3
Resultado Primário	4% do PIB	4,5% do PIB	5% do PIB
Dívida Líquida	45% do PIB	43% do PIB	39% do PIB
Resultado Nominal	- 1% do PIB	0% do PIB	1,5% do PIB
Receitas Não-Financeiras	25% do PIB	30% do PIB	35% do PIB

Os dados consideram a metodologia de apuração de Resultados Fiscais, sob a ótica “acima da linha”, utilizada no Brasil. De acordo com os dados e a metodologia de apuração das Necessidades de Financiamento do Setor Público, marque a opção correta.

- a) Quando da elaboração da Proposta Orçamentária para o ano de 20X1, as despesas primárias estarão limitadas a 22% do PIB.
- b) A previsão é de que, em 20X2, os juros nominais sejam de 5% do PIB.
- c) **ERRADA**, Somente em 20X3 o Superávit Primário será maior do que os juros nominais do exercício.
- d) O Resultado Nominal nulo, em 20X2, indica que o país conseguirá pagar toda a sua dívida.
- e) A redução da dívida líquida ao longo dos três exercícios é em parte decorrente da diminuição das despesas primárias ao longo dos três exercícios.

COMENTÁRIOS:

- a) **ERRADA**, tendo em vista que quando da elaboração da Proposta Orçamentária para o ano de 20X1, as despesas primárias estarão limitadas a 21% do PIB e não em 22% do PIB como afirma o item.
- b) **ERRADA**, tendo em vista que não há como prever, com as informações demonstradas no

quadro, que em 20X2, os juros nominais sejam de 5% do PIB.

B) CORRETA, tendo em vista que somente em 20X3 o Superávit Primário será maior do que os juros nominais do exercício, haja vista que nos anos anteriores o resultado nominal foi negativo e nulo.

d) **ERRADA**, tendo em vista que o Resultado Nominal nulo, em 20X2, indica que não houve variação da dívida líquida de um exercício para outro e não que o país conseguirá pagar toda a sua dívida como afirma o item.

e) **ERRADA**, tendo em vista que a redução da dívida líquida ao longo dos três exercícios é em parte decorrente do aumento das receitas primárias ao longo dos três exercícios e não pela diminuição das despesas primárias como afirma o item.

4- Considere os seguintes dados de receitas e despesas constantes da proposta orçamentária de um determinado ente da federação (valores em mil):

Receitas:	Previsão de Arrecadação
Receitas de Serviços	2.000
Receitas de Alienação de Bens	3.400
Receitas de Juros	2.300
Receitas Tributárias	15.300
Receitas de Operações de Crédito - Contratual	15.500
Receitas de Contribuições	12.500
Receitas de Operações de Crédito – Refinanciamento da Dívida	20.000
Receitas de Dívida Ativa	2.000

Despesas:	Dotação
Despesa de Pessoal	21.000
Despesa de Inversão Financeira	13.000
Despesa de Juros	2.500
Despesa de Investimentos	7.500
Despesa de Amortização	20.000
Outras Despesas Correntes	9.000

Com base nos dados apresentados, marque a opção correta.

a) A proposta respeita o princípio orçamentário do equilíbrio, mas apresenta um déficit no orçamento corrente.

B) O ente ainda poderá incorporar na proposta orçamentária novas operações de crédito com a

finalidade de realizar despesas correntes, até o montante de 5.000, sem desrespeitar a regra de ouro estabelecida na Constituição Federal.

c) O superávit do orçamento de capital foi de 1.600.

d) A aprovação de crédito suplementar no montante de 10.000 para pagamento de juros referente ao refinanciamento da dívida, tendo como fonte de recursos receitas de operações de crédito, precisará de aprovação do legislativo por maioria simples.

e) O ente poderá destinar a totalidade ou parte da Receita de Alienação de Bens para pagamento de juros da dívida.

COMENTÁRIOS:

a) **ERRADA**, tendo em vista a proposta apresenta um superávit no orçamento corrente de R\$ 1.600 (receitas correntes = 34.100 e despesas correntes= 32.500) e não déficit no orçamento corrente como afirma o item.

b) CORRETA, tendo em vista o ente ainda poderá incorporar na proposta orçamentária novas operações de crédito com a finalidade de realizar despesas correntes, até o montante de 5.000, sem desrespeitar a regra de ouro estabelecida na Constituição Federal. Ou seja, existe "folga" para contratação de operação de crédito em relação ao montante das despesas de capital.

c) **ERRADA**, tendo em vista apresentar *déficit* e não *superávit* do orçamento de capital no valor de 1.600.

d) **ERRADA**, tendo em vista a aprovação de crédito suplementar no montante de 10.000 para pagamento de juros referente ao refinanciamento da dívida, tendo como fonte de recursos receitas de operações de crédito, precisará de aprovação do legislativo por maioria absoluta e não maioria simples como afirma o item.

e) **ERRADA**, tendo em vista o ente não poderá destinar a totalidade ou parte da Receita de Alienação de Bens para pagamento de juros da dívida, vez que fere o princípio da preservação do patrimônio público.

5 - A Administração Pública necessita, em determinadas situações, utilizar-se de sistemática especial, conhecida como Suprimento de Fundos, para realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal da execução orçamentária. No que diz respeito a esse assunto, julgue os itens que se seguem e marque, com **V** para os verdadeiros e **F** para os falsos, a opção que corresponde à sequência correta.

I. O servidor que receber suprimento de fundos fica obrigado a prestar contas de sua aplicação procedendo-se, automaticamente, a tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado.

II. Poderá ser concedido suprimento de fundos nos casos em que a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento.

III. Não é permitida a concessão de suprimento de fundos para servidor que tenha a seu cargo a guarda ou utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor.

IV. A autorização para concessão de suprimento de fundos cabe ao Ministro de Estado ou autoridade equivalente.

V. Na execução da despesa por meio de suprimento de fundos, o empenho é emitido após a prestação de contas do suprido, pois nesse momento tem-se a identificação da despesa realizada.

a) F, F, V, F, V

b) V, V, V, F, V

c) F, V, F, V, F

d) V, V, V, F, F

e) V, F, F, V, V

COMENTÁRIOS:

I. **CORRETA**, tendo em vista que o servidor que receber suprimento de fundos fica obrigado a prestar contas de sua aplicação procedendo-se, automaticamente, a tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado.

II. **CORRETA**, tendo em vista poderá ser concedido suprimento de fundos nos casos em que a

despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento.

III. **CORRETA**, tendo em vista não é permitida a concessão de suprimento de fundos para servidor que tenha a seu cargo a guarda ou utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor.

IV. **ERRADA**, tendo em vista que a autorização para concessão de suprimento de fundos cabe ao ordenador de despesa e não especificamente ao Ministro de Estado ou autoridade equivalente.

V. **ERRADA**, tendo em vista que na execução da despesa por meio de suprimento de fundos, o empenho é emitido previamente e não após a prestação de contas do suprimento como afirma o item

6 - São consideradas etapas da execução orçamentária e financeira, os ingressos de recursos na conta única do Tesouro e as descentralizações de créditos e recursos entre as unidades integrantes do Siafi. No que diz respeito ao assunto, julgue os itens que se seguem e marque, com **V** para os verdadeiros e **F** para os falsos, a opção que corresponde à seqüência correta.

I. A unidade gestora que recebe créditos orçamentários por descentralização, sob a forma de destaque, receberá os recursos financeiros sob a forma de repasse.

II. A unidade gestora que descentralizou créditos orçamentários por meio de provisão receberá os recursos financeiros sob a forma de sub-repasse.

III. A descentralização de recursos é realizada no Siafi por meio da Nota de Programação Financeira, que é o documento utilizado para registrar e contabilizar as etapas da programação financeira.

IV. A Guia de Recolhimento da União – GRU é documento utilizado para efetuar todo e qualquer depósito na conta única do Tesouro, excetuadas as receitas recolhidas mediante a Guia de Previdência Social – GPS e por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF.

V. A Secretaria do Tesouro Nacional permite que autarquias, fundos e fundações públicas que contarem com autorização legislativa específica efetuem aplicações financeiras diárias na conta única.

- a) F,V,F,F,V
- b) V,V,V,V,V
- c) F,F,F,F,F
- d) V,V,V,V,F
- e) V,F,V,V,V

COMENTÁRIOS:

I. **CORRETA**, tendo em vista que a unidade gestora que recebe créditos orçamentários por descentralização, sob a forma de destaque, receberá os recursos financeiros sob a forma de repasse. Ou seja: destaque (Orçamentária); repasse (Financeira)

II. **ERRADA**, tendo em vista que a unidade gestora que descentralizou créditos orçamentários por meio de provisão receberá os recursos financeiros sob a forma de cota e não de sub-repasse como afirma o item.

III. **CORRETA**, tendo em vista que a descentralização de recursos é realizada no Siafi por meio da Nota de Programação Financeira, que é o documento utilizado para registrar e contabilizar as etapas da programação financeira.

IV. **CORRETA**, tendo em vista que a Guia de Recolhimento da União – GRU é documento utilizado para efetuar todo e qualquer depósito na conta única do Tesouro, excetuadas as receitas recolhidas mediante a Guia de Previdência Social – GPS e por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF.

V. **CORRETA**, tendo em vista que a Secretaria do Tesouro Nacional permite que autarquias, fundos e fundações públicas que contarem com autorização legislativa específica efetuem aplicações financeiras diárias na conta única.

7 - A classificação funcional e a estrutura programática visam ao fornecimento de informações das realizações do governo e é considerada a mais moderna das classificações orçamentárias

COMENTÁRIOS PROVA CGU 2008

da despesa. A junção das duas, quando da execução da despesa no Siafi, forma o Programa de Trabalho com a seguinte estrutura:

Programa de Trabalho: AA.BBB.CCCC.DDDD.EEEE

Com relação ao assunto, indique a opção correta.

- a) Na estrutura do Programa de Trabalho, a codificação CCCC representa o Programa e a codificação EEEE a ação governamental.
- b) A ação**, reconhecida na estrutura pelo código DDDD, determina a escolha da subfunção, reconhecida pela codificação BBB, estabelecendo uma relação única.
- c) A subfunção, código BBB, poderá ser combinada com qualquer função, código AA, em razão da competência do órgão responsável pelo programa.
- d) Quando o primeiro dígito da codificação DDDD for um número ímpar significa que a ação é uma atividade.
- e) As operações especiais são ações que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resultam um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços e são identificadas pelo primeiro dígito da codificação EEEE.

COMENTÁRIOS:

- a) **ERRADA**, tendo em vista que na estrutura do Programa de Trabalho, a codificação EEEE representa o subtítulo (localizador do gasto) e não a ação governamental como afirma o item.
- b) CORRETA**, tendo em vista que a ação, reconhecida na estrutura pelo código DDDD, determina a escolha da subfunção, reconhecida pela codificação BBB, estabelecendo uma relação única.
- c) **ERRADA**, tendo em vista a subfunção, código BBB, poderá ser combinada com a função, código AA, em razão da competência do órgão responsável pelo programa, porém existe exceção quanto à função 28 (encargos especiais), a qual somente a subfunção equivalente à função poderá ser atrelada. Dessa forma, o item está errado pela palavra “qualquer”, haja vista ter exceção.
- d) **ERRADA**, tendo em vista que quando o primeiro dígito da codificação DDDD for um número ímpar significa que a ação é um projeto e não uma atividade como afirma o item.
- e) **ERRADA**, tendo em vista que as operações especiais não são identificadas pelo primeiro dígito da codificação EEEE (subtítulo). As operações especiais são tipo de ação orçamentária, logo são identificadas pela codificação DDDD.

Prova 2 - Comum a todas as áreas - Aplicada em 23/03/2008 - Domingo - Manhã

Prova de Gabarito 1

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	D	A	C	A	B	C	C	D	B	D	E	B	A	E	C	D	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	A	B	E	D	C	E	E	B	A	E	B	D	A	A	E	A	A	C	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
E	D	D	B	C	A	C	B	D	A	E	D	B	C	D	C	A	E	B	C

Prova 3 - Área: Auditoria e Fiscalização / Controle Interno - Aplicada em 23/03/2008 - Domingo - Tarde

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	A	C	B	D	E	B	D	E	D	A	C	B	C	D	C	A	C	E	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	B	A	C	E	D	D	B	C	A	A	C	E	C	E	D	D	B	C	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	A	E	D	B	D	C	A	E	A	B	B	D	C	A	A	C	E	D	C